



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos

NOTA TÉCNICA

Nota Técnica: DRHi nº 59/2025

Nº do Processo: 020.00009683/2025-52

Interessado: Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Assunto: Reunião do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos_COFEHIDRO 2025

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata-se de Nota Técnica que tem como objetivo instruir a proposta de deliberação do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO, a qual aprova o montante de recursos apurados pela SECOFEHIDRO que devem ser destinados ao Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos-CORHI, referentes ao exercício 2025.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei estadual nº 7.663, de 30/12/91, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Decreto estadual nº 48.896, de 26/08/2004, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO;
- Deliberação COFEHIDRO nº 263, de 08/04/2024, que aprova o Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento – MPO.

3. HISTÓRICO

O Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI, foi criado com o intuito de dar suporte ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e aos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs, conforme artigos 27 e 28 da Lei estadual nº 7.663/1991.

O CORHI tem a competência de indicar empreendimentos de abrangência estadual ou regional a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, o qual recebe valores provenientes da fonte Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) ao final de cada exercício.

Sendo assim, recursos que não foram utilizados ao longo do ano tem a sua destinação definida por tal Comitê.

A realização de apuração de tais sobras de recursos é de responsabilidade da SECOFEHIDRO, que deve submeter para a aprovação do CRH.

4. ANÁLISE

De acordo com o item 7.10 do Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento do FEHIDRO - MPO, a data de 30 de novembro, é referência para apuração pela Secretaria Executiva do Fundo - SECOFEHIDRO dos valores finais a serem informados às entidades do CORHI.

As fontes dos recursos, cuja utilização é definida pelo CORHI, estão previstas nos itens 7.9 e 7.10 do MPO, quais sejam: "a. Saldos de alocações de verbas CFURH [\[1\]](#) aos CBHs que não foram objeto de indicações; b. Recursos decorrentes de DNU [\[2\]](#), apurados e estimados de 01 de agosto a 30 de dezembro do exercício; c. Recursos contabilizados nas SCG [\[3\]](#), exceto retorno de operações reembolsáveis; d. Ajuste (+) ou (-) apurado conforme valores distribuídos e efetivamente apurados em 31 de dezembro do exercício anterior."

A metodologia para a realização do cálculo do montante financeiro também possui previsão no MPO e se desdobra em duas etapas, definidas nos itens 7.9, e 7.10 respectivamente, conforme redação abaixo:

"7.9 Apuração preliminar de valores para alocação ao CORHI

A data de 1º de outubro é referência para apuração preliminar pela SECOFEHIDRO e informação às entidades integrantes dessa instância em até 7 (sete) dias corridos, constando de:

- a. Saldo da fonte CFURH de valores destinados aos CBHs que não foram objeto de indicações nos 1º e 2º períodos, conforme o caso;*
- b. Saldo das SCG em 30 de setembro acrescido de estimativa de novos créditos de 1º de outubro a 31 de dezembro, descontados os retornos de operações reembolsáveis realizados ou previstos até o final do exercício;*
- c. Apuração dos valores de DNU do período de 1º de agosto a 30 de setembro, acrescidos de estimativa desta data até 31 de dezembro;*
- d. Ajuste relativo ao exercício anterior dos valores das SCG e DNU com base nos valores finais relativos ao período de 1º de dezembro a 31 de dezembro, apurados ao final do exercício."*

"7.10 Apuração final de valores para alocação ao CORHI

A data de 30 de novembro é referência para apuração pela SECOFEHIDRO dos valores finais a serem informados às entidades do CORHI em até 7 (sete) dias corridos.

A partir do valor apurado conforme item 7.9, deve ser feita:

- (i) correção, se houver alteração relativa a 7.9.a);*
- (ii) atualização do valor de 7.9.b) considerando os créditos efetivos nas SCG de 1º de outubro a 30 de novembro e nova estimativa até 31 de dezembro; e*
- (iii) atualização do valor de 7.9.c) considerando os valores efetivos de DNU de 1º de outubro até 30 de novembro e nova estimativa até 31 de dezembro."*

Desta forma a Deliberação proposta é composta por três Anexos:

- Anexo I – demonstrativo dos valores apurados conforme item 7.10;
- Anexo II – demonstrativo das indicações recebidas pela SECOFEHIDRO referentes aos empreendimentos do ano de 2025 da fonte CFURH que foram encaminhadas pelos CBHs e, conseqüentemente, o valor a ser descontado;
- Anexo III – demonstrativo dos ajustes dos empreendimentos entre 18/08/2025 e 30/11/2025.

Salienta-se que, até a presente data, não é possível definir o valor final, uma vez que o MPO estabelece que a apuração deverá ocorrer na primeira semana de dezembro, tomando-se como

data-base 30/11/2025.

Sendo assim, até o momento, o valor preliminar apurado é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Tendo em vista que a instrução processual é anterior à data de 30/11/2025, a SECOFEHIDRO entendeu pertinente a propositura de uma deliberação que preveja a destinação do valor apurado principal acrescido de correção monetária no intuito de conferir agilidade e eficiência à análise do Conselho.

A SECOFEHIDRO, no dia 07 de dezembro, fará a substituição dos anexos Anexos I e III já com os valores atualizados. Sendo assim, o COFEHIDRO na data da apreciação da deliberação saberá o valor exato destinado ao CORHI no exercício de 2025, sendo preservado, portanto, o texto da deliberação ora proposta.

Ainda de acordo com o item 7.11 do MPO, o CRH deve indicar os empreendimentos, propostos pelo CORHI e que receberão os recursos, até 20 de dezembro, sob risco de que tais recursos sejam transferidos à Secretaria da Fazenda.

A minuta de resolução prevê ainda que a documentação pertinente aos empreendimentos deverá ser encaminhada à SECOFEHIDRO, até 19 de dezembro de 2025, no intuito de atender ao determinado no item 7.11.

[1] A Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990 (e alterações posteriores), define as parcelas pertencentes aos Estados e aos Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Em São Paulo, a Lei 7.663/1991 destinou 100% da parcela pertencente ao Estado ao FEHIDRO, porém a Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992, destinou 30% dessa receita ao atual Fundo Estadual do Agronegócio Paulista – FEAP, portanto restou 70% ao FEHIDRO.

[2] Disponibilidades Não Utilizadas (DNU) são diferenças contábeis, ou seja, valores de investimentos que, embora alocados (ou reservados), não foram efetivamente desembolsados em empreendimentos indicados ou contratados, a saber:

- a. Valores de cancelamentos de indicações de empreendimentos que não resultaram em contratos ou de contratos que não tiveram nenhum desembolso;
- b. Diferenças entre os valores das indicações pelos colegiados e aqueles efetivamente contratados após os pareceres técnicos de aprovação;
- c. Saldos dos valores contratados (valor financiado pelo FEHIDRO) e não repassados, apurados no ato de registro da conclusão ou encerramento dos contratos SECOFEHIDRO no SinFEHIDRO 2.0.

Ao longo do processo FEHIDRO, as DNU decorrentes de contratos com a fonte CFURH são controladas pela SECOFEHIDRO.

[3] O FEHIDRO é organizado em contas e subcontas utilizadas para sua contabilização. As Subcontas da Conta Geral CFURH por UGRHI (SCG): são 22 subcontas contábeis, 1 (uma) para o CORHI e 21 (vinte e uma) para as UGRHIs dos 21 CBHs, nas quais o (AF) controla valores financeiros depositados na CGC (Conta Geral da CFURH) oriundos de Tomadores do FEHIDRO.

5. CONCLUSÃO

Considerando a apuração preliminar dos valores destinados ao CORHI, acrescido de correção monetária, conforme previsto no item 7.9 Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento, recomenda-se o encaminhamento da minuta de deliberação em anexo, visando a liberação do valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme apurado pela SECOFEHIDRO.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Marcela Nectoux
Diretora de Recursos Hídricos e
Secretária Executiva do COFEHIDRO



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Peixoto Nectoux, Diretor**, em 29/11/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0090753847** e o código CRC **7FD3FED3**.
